



3421 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)
GT 02 - História da Educação

FRACASSO ESCOLAR: DESAFIOS EM PERSPECTIVA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Alair Maria David Primon - UFMT/Campus de Cuiabá - Universidade Federal de Mato Grosso

RESUMO

O objetivo principal deste texto é traçar uma rápida trajetória da Educação de Jovens e Adultos e discutir o papel da escola no processo de escolarização desta modalidade. Tendo em vista o recorrente *fracasso escolar* que essa modalidade de ensino enfrenta perante os resultados, por conseguinte busca-se compreender os caminhos que levam a essa decorrência, considerando que os problemas ainda hoje existentes nas unidades escolares são na maioria oriundos de um agravamento de desigualdades e/ou da exclusão. Ao enfatizar o papel fundamental que o conjunto de educadores que compõe o corpo escolar tem na efetividade desse processo de ensino-aprendizagem, sustenta-se a ideia de que é por meio de estratégias para proporcionar ao docente um ambiente confortável e seguro, somado a uma compreensão das demandas individuais advindas de um contexto social específico, a educação seja colocada como um meio pelo qual eles podem alcançar um melhor entendimento das dinâmicas sociais nas quais estão inseridos, motivando-os a aprender.

PALAVRAS-CHAVE: Educação – Fracasso Escolar – Educação de Jovens e Adultos

Introdução

As diversas mudanças no ambiente econômico e tecnológico refletiram diretamente na educação. Nesta direção, percebem-se grandes transformações nas últimas décadas que resultaram numa ampliação significativa do número de pessoas com acesso às escolas.

No entanto, mesmo dentro deste cenário de conquistas e ampliação de direitos, de uma sociedade considerada cada vez mais democrática, de uma sociedade informatizada, conhecedora de seus direitos, conectada ao mundo por meio dos mais sofisticados equipamentos eletrônicos, percebem-se ainda muitos cidadãos jovens e adultos sem escolarização, à margem de todo este processo de avanço social e econômico e da democratização do ensino.

Os problemas ainda hoje existentes em uma unidade escolar são na maioria oriundos de um agravamento dessas desigualdades e/ou da exclusão. Neste ínterim, nota-se que há uma grande demanda para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, cuja clientela, pode-se afirmar genericamente são jovens e adultos que por diversos motivos não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos dentro da faixa etária prevista.

Desta forma, percebe-se a necessidade de entender teórica e empiricamente qual é o perfil destes jovens e adultos que não foram contemplados com estas conquistas de ter acesso à escola pública, como resultado de uma luta consolidada na década de 80, sendo assegurado na Constituição Federal de 88 e posteriormente pela Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 na idade? série correta.

O fracasso escolar é um dos aspectos predominantes no que se refere ao contexto da escola e grande é o leque de assuntos e discussões que envolvem essa temática. A deficiência da didática escolar e a falta de preparo dos educadores pode ser algo que tenha um peso ainda maior, contribuindo para o déficit do aluno (Bossa, 2008). Outro ponto de grande importância é o contexto familiar e social em que o adolescente está inserido.

O processo educativo não diz respeito apenas ao que é ensinado na escola, mas refere-se também ao contexto familiar e social ao qual o indivíduo está inserido (Mattos, 2005). É importante que os pais e responsáveis busquem alternativas para criar aspectos que beneficiem tal processo, já que problemáticas que envolvem cidadania, ética e habilidade social são valores que deveriam fazer parte da vivência do indivíduo.

Percebe-se então a necessidade de compreender os reais motivos que levaram esses jovens a abandonarem a escola ou o porquê que os mesmos não tiveram acesso à escola na idade correta, podendo dessa forma traçar um perfil, visando colaborar com a compreensão da realidade destes alunos e assim possibilitar algumas adequações para melhor atender essa clientela com suas especificidades.

A Educação no Brasil

Pode-se dizer que o fracasso escolar se tornou uma questão notória no Brasil no fim do século XX, período que condiz com o acesso das classes mais baixas à educação. Apesar de a Educação sempre estar presente em todos os textos constitucionais brasileiros, desde a Constituição Política do Império do Brasil de 1824 até a nossa Carta Magna de 88, onde esta declara 6º que o papel fundamental da Educação é para o exercício da cidadania. Em seu artigo Institui a educação como um dos direitos sociais assegurados ao cidadão e no 205 como direito de todos. E em seu artigo 5º encontramos uma das mais pertinentes afirmações: todos são iguais perante a lei.

Nas constituições anteriores declarava-se a obrigatoriedade da matrícula escolar, porém não oferecendo os mecanismos para a efetivação desse direito. Portanto com a Constituição Federal de 88 houve legitimamente essa abertura, devido a participação da sociedade civil na elaboração do texto que passou a normatizar a educação no cenário brasileiro.

No seu art. 205 ela declara: "A educação é direito de todos e dever do Estado e da família(...). E na sequência em seu artigo 208, § 9º dá o ensino como obrigatório e gratuito. Nessa direção, a LDB 9394/96 de sua parte reafirma em seu artigo 2º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Conforme resguardado em seu art. 211, ficou definido o dispositivo que favoreceria a efetivação deste direito, através do regime de colaboração entre a União, Estados e Municípios, sendo deliberada a incumbência de cada esfera, com o compromisso da criação e implementação dos recursos para acesso e permanência dos educandos.

Ainda assim, observa-se a fragilidade com que tocavam nos reais problemas existentes no Brasil, não evidenciando as questões sociais, pelas grandes diferenças entre as classes sociais.

Entretanto, apesar da conquista por um direito, infelizmente não significa que é levado a todos uma educação de qualidade, principalmente no que diz respeito às escolas públicas, na atualidade encontram-se em sua maioria em estágio de sucateamento e abandono.

Entende-se como fracasso escolar, o que a pesquisadora Ferreira (1998) indicou ser um desastre, ruína, na escola, demarcado no imaginário como reprovação ou evasão no ensino. De acordo com o pesquisador Patto (1999), o fracasso escolar persiste ao longo da história da escola pública brasileira e parece ser imune a qualquer ação que tenha por objetivo de superar essa estatística.

Uma das explicações para que as ações desenvolvidas não tenham êxito no combate a esse fenômeno, consiste no fato de que as escolas muitas vezes permanecem a parte da realidade se seus alunos, não se adequando ao contexto social no qual ele está inserido, se apoiado unicamente nas ações legais que são implantadas na educação, esperando que estas sejam milagrosamente efetivas. Sobre isso, Nagel afirma que:

A escola não pode esperar por Reformas Legais para enfrentar a realidade que lhe afoga. Além do mais, a atitude de esperar "por decretos" [...] reflete o descompromisso de muitos e a responsabilização de poucos com aquilo que deveria ser transformado. A escola tem uma vida interior que, sem ser alterada por códigos legislativos, pode trabalhar com o homem em nova dimensão, bastando para isso que seus membros se disponham a estabelecer um novo projeto de reflexão

e ação (NAGEL, 1989, p.10).

Como se inovar em algo que não se conhece? Essa é uma indagação pertinente quando se trata da educação. Os das licenciaturas se veem imersos em um universo no qual se quer formar profissionais para que promovam mudanças e melhorias no ensino, logo para isso é necessário saber o que mudar, a trajetória e as implicações que envolvem a Educação. Segundo o autor Faria Filho:

Se, por um lado, é preciso fazer a crítica da nossa tradição disciplinar e dos problemas que essa trouxe para o ensino, é preciso, também, considerar que somente se inova verdadeiramente se conhece aquilo que se quer superar. É por isso que desde muito se sabe que o movimento do ensino é o oposto daquele da pesquisa: enquanto este visa ao desconhecido, aquele pretende ensinar o que já se conhece, aquilo que, pela tradição, veio tornando-se a cultura da área. Mas, hoje, qual a cultura histórica em educação temos para ensinar? Qual História da Educação temos ensinado? (2003, p.173)

Para responder essa pergunta, é necessário localizar primeiro o âmbito de análise que consistiu em a História da Educação. A mesma está inserida na construção de sentidos ligados a formação dos educandos da área de pedagogia e demais licenciaturas. Partindo disso, deve-se encara-la antes de mais nada como um campo a ser investigado, conhecendo sua história e trajetória que levou a sua condição atual. Como dito anteriormente por Faria Filho (2003) é necessário conhecer antes de modificar. Desta forma, a partir de um estudo Sobre a História da Educação, os profissionais em formação terão mais propriedade de conceber ideias para promover mudanças no ensino.

Segundo Novoa (1999), a História da Educação é justificada como História em si, e deve procurar reconstruir o passado juntamente com o presente, ressaltando as diferenças entre ambos. Desde modo, o estudo da História da Educação auxilia o pedagogo em formação a ter uma noção mais consciente do que ele nomeia universo educacional, tornando-se assim mais cauteloso com o uso de métodos e reformas típicas da modernidade. Assim, tal conhecimento permite o conhecimento de um passado coletivo da profissão educador, servindo para acima de tudo moldar um caráter profissional que posteriormente será crucial para o desenvolvimento de possibilidades pedagógicas, tudo isso a partir de um maior conhecimento da instituição na qual se lida e de todo o escopo que está por trás dos pilares que a sustentam.

EJA: Alguns apontamentos sobre os desafios e conquistas

Entre as várias modalidades do ensino ofertadas pelo setor público e privado, está a EJA. Por se tratar de um ensino destinado ao público fora da faixa etária prevista, ou seja idade /série, e que na maioria das vezes destina ao aprendizado o tempo que lhe sobra de obrigações rotineiras como trabalho, vida familiar e afins, ela se consiste em uma das modalidades mais complexas do ensino, por envolver questões que ultrapassam a sala de aula.

Antes de adentrarmos nas questões que perpassam esse tipo de ensino da Educação brasileira, convém fazer uma pequena regressão no tempo, para possamos entender como se deu o surgimento dessa modalidade de ensino e de que forma ela se foi se modificando com o tempo, em meio as mudanças histórias e sociais que envolveram o país.

O surgimento da EJA, em linhas gerais, envolve um processo de diversas naturezas que resultaram na sua efetivação. Esta por sua vez ocorre a partir da ação conjunta de diversas figuras sociais; o Estado, as organizações da sociedade, e os representantes das camadas menos abastadas da sociedade, jovens, trabalhadores rurais, etc.

A EJA abarca, em linhas gerais, processos formativos de natureza diversa, cuja efetivação se dá a partir da interação de uma variedade de atores, envolvendo, de um lado, o Estado, as organizações da sociedade civil e o setor privado, entre outros, e, de outro, uma gama de sujeitos tão diversificada e extensa quanto são os representantes das camadas mais empobrecidas da população (negros, jovens, idosos, trabalhadores, populações rurais etc.).

Segundo o pesquisado Paiva (1973), o desenvolvimento desse tipo de prática educacional vem desde a catequização dos índios, com a alfabetização e transmissão da língua portuguesa. Assim, é a partir de 1854 que se inaugura a primeira escola noturna no Brasil, a qual tinha por intuito alfabetizar os trabalhadores analfabetos, fazendo estes serem capazes de assinar o nome e realizar contas simplórias.

A ideia de ensinar os trabalhadores a assinarem o nome não veio em vão, em janeiro de 1881 é decretada uma lei na qual era instituído o título de eleitor. Esta lei por sua vez, segundo XXX proibia o voto de analfabetos, pois nesse momento a educação era encarada como tendo um caráter de ascensão social.

Ao avançar um pouco mais no tempo, já na transição para a república, ainda segundo XX a educação passa a ocupar o lugar de redentora dos problemas da nação. A partir disso expendem-se as redes escolares e as organizações contra o analfabetismo, que tinham por sua vez intenção política, fazendo com que os humildes analfabetos fossem capazes de assinar seus nomes e assim exercerem seu direito ao voto.

Posteriormente, as primeiras décadas do século XX, mais especificamente 20 e 30, foram marcadas por profundas mudanças na educação. Sendo que é a partir de 40 que se começa um processo de transformações e iniciativas que visavam os avanços na educação como um todo. Nesse período, a porcentagem da população analfabeta se aproximadamente de 50%, o que posteriormente foi nomeado como uma das causas da estagnação econômica do país.

Para chegarmos ao estatuto que essa modalidade possui nos dias de hoje, foi um longo caminho, após alguns avanços no século XX, e a partir de 2000 que se tem uma real atenção para as políticas públicas direcionadas a EJA. Segundo Márcia Friedrich:

O governo do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2006), sinalizou com iniciativas para as políticas públicas de EJA com maior ênfase do que o tratamento de governos anteriores. A criação do Programa Brasil Alfabetizado envolveu concomitantemente a geração de suas três vertentes de caráter primordialmente social para a modalidade de EJA. Primeiro, o Projeto Escola de Fábrica que oferece cursos de formação profissional com duração mínima de 600h para jovens de 15 a 21 anos. (2010, p. 13)

Nesse sentido, cabe pensar o papel da escola nesse processo de escolarização desse grupo. Visto que como dito acima, tratam-se de pessoas que já tem uma certa idade, e/ou rotinas nas quais o estudo não é uma prioridade, cabe a instituição que se destina oferecer essa modalidade de ensino promover um espaço confortável que seja capaz de atender as demandas desse público, de tal forma que a partir de uma compreensão do contexto social no qual eles se inserem, a educação seja colocada como um meio pelo qual eles podem alçar um melhor entendimento das dinâmicas sociais nas quais estão inseridos.

Dessa forma, ao conceber a educação pelo pensamento de Paulo Freire, como uma força libertadora, a escola deve proporcionar ao aluno mais do que meras instruções, receitas de como viver, num modelo no qual se ensina mais o que são os deveres ao invés do que de fato são os direitos da população. Nas palavras de Freire:

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe ser sujeito de sua própria história. (FREIRE, 2001, p.16)

Assim, concebendo a educação libertadora de Paulo Freire (1987), como uma educação voltada para a realidade do aluno, dando ênfase na valorização dos elementos próprios de sua realidade, formulando a partir disso uma educação voltada para a prática da liberdade e autonomia do discente.

Assim, os educadores envolvidos na EJA devem promover um ensino que valorize elementos da realidade do aluno, buscando inseri-lo no ensino a partir da importância que este denota para a sociedade como agente político e social, para que a partir disso ele possa ter uma autonomia e consciência dos processos nos quais ele se insere. Para tanto, cabe uma reflexão a respeito do pensamento de Freire e sua aplicação na EJA Segundo o autor, a partir da prática da Educação Libertadora que consiste em:

(...) aquela que tem que ser forjada com ele (oprimido) e não para e, enquanto homens e povos na luta incessantes de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará. O grande problema está em como poderão os oprimidos, que "hospedam" o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. (FREIRE,1987 p.32)

Desta forma, a partir dessa breve reflexão das políticas educacionais ligadas a EJA, tendo a pedagogia da libertação como norteadora, propomos um ensino no qual seja firmado tendo como base a realidade social do aluno. Suas perspectivas e visões serão norteadores para a realização de um ensino que contemple suas expectativas, situando esses indivíduos no tempo e espaço, dando para estes a partir da aprendizagem meios pelos quais além de se inserir no mercado de trabalho, como visa a educação capitalista de hoje, posasse compreender melhor as nuances da sociedade.

Assim, há que se propor que na sondagem inicial, crie-se espaço para ouvir narrativas históricas dos alunos, suas concepções de mundo e conceitos básicos de assuntos pertinentes à disciplina. Então, será a partir dessa análise que se norteará a abordagem dos professores, visando preencher lacunas, promovendo debates e instigando o pensamento crítico social dos educandos a respeito do que será estudado. Pretende-se desta forma aproximá-los do conteúdo, fazendo com que eles se percebam como agentes construtores da democracia.

Considerações Finais

Considerando a realidade da EJA, a constante falta de atratividade e falta de democratização nesta modalidade ensino, pode-se perceber a necessidade de uma análise sob uma perspectiva sociológica para entender a realidade destes alunos.

É importante observar que as dificuldades no aprendizado tentam encobrir a fragilidade e deficiência da escola, muitas vezes atribuindo ao aluno as responsabilidades

do fracasso em seu aprendizado (Bossa, 2008). A falta de preparação dos professores é um dos fatores que dificulta a atenção às necessidades dos alunos. Isso faz com que o aluno tente encontrar sua própria forma de aprendizagem ou tome atitudes mais sérias como o abandono escolar.

Ressalta-se assim a necessidade de compreender os reais motivos que levaram esses jovens e adultos a abandonarem a escola ou o porquê que os mesmos não tiveram acesso à escola na idade correta, podendo dessa forma traçar um perfil e mapear esses educandos, visando colaborar com a compreensão da realidade destes alunos e assim possibilitar algumas adequações para atender essa clientela em suas especificidades.

Visando somar na luta contra o fracasso escolar, destaca-se o objetivo de promover um pensamento crítico a respeito dos pilares da sociedade moderna, tendo como ponto de partida o pensamento inicial dos educandos, uma análise socioeconômica da realidade dos alunos que frequentam esta modalidade.

Logo, os professores ao terem contato com as realidades e pensamentos que norteiam noções básicas em seus alunos, poderão articular um ensino que contemplem suas necessidades. Ao abordar um determinado assunto, a partir da análise das narrativas, será objetivado aproximar ao máximo os alunos do que será discutido, de forma que estes compreendam não só a importância do que se estuda no que tange os conhecimentos intelectuais, como também de que forma aquele conhecimento pode auxiliá-lo na vida cotidiana, a compreender seus direitos, deveres e a dinâmica social que está para além de sua zona de contato, mas que parte desta para o todo.

REFERÊNCIAS:

BOSSA, Nadia. **Fracasso escolar, um olhar psicopedagogo** [dados eletrônicos]. Porto Alegre: Artmed, 2008. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=sUhJ5W5GKp0C&oi=fnd&pg=PA8&dq=DISLEXIA+E+O+FRACASSO+ESCOLAR&ots=K4Ztj6EwOm&sig=e6JMjvEf2nwMdl28rVr4x0qlwS4#v=onepage>> Acesso em 15 de junho de 2018.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; RODRIGUES, José Roberto Gomes. **A História da Educação programada**: uma aproximação da História da Educação ensinada nos cursos de Pedagogia em Belo Horizonte. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 6 jul/dez, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A educação na cidade**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIEDRICH, Márcia; BENITE, Anna M. Canavaro; BENITE, Claudio R. Machado and PEREIRA, Viviane Soares. **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil**: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. [online]. 2010, vol.18, n.67, pp.389-410.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. **Conselho de Classe e a Construção do Fracasso Escolar**, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ep/v31n2/a05v31n2.pdf>> Acesso em 15/06/18.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: Teoria método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. cap. 1 p. 7-29.

NÓVOA, António. **Apresentação**. In: CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

STRELHOW, Thyelles Borcarte. **Breve História Sobre A Educação De Jovens E Adultos No Brasil** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010.